

Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Contábeis  
em 30 de junho de 2021

Sumário

Relatório da Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes

Balço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, do semestre findo em 30 de junho de 2021. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

### Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

#### a) Contexto Geral

Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O Conglomerado adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

#### b) Impacto nos negócios no primeiro semestre de 2021

O CCB Brasil continuou agindo de maneira prudente, preservando a boa qualidade da carteira de crédito e monitorando constantemente qualquer sinal de maior deterioração econômica, setorial ou dos clientes. Os principais setores de atuação dos clientes vêm sendo acompanhados através de relatórios específicos a fim de sustentar um guia para monitorar a carteira durante este período específico e desafiador na economia.

Os efeitos destas medidas se refletem na qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias, que contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado, dado que a mesma representa 86% do portfólio.

Diante destes fatos, da manutenção dos processos de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos, da concentração de esforços em segmentos menos impactados pela Covid-19, o CCB Brasil seguiu em linha com o processo de retomada gradual dos patamares da carteira de crédito, registrando gradativo incremento, sendo que ao final de junho de 2021, encerrou com R\$ 8.871 milhões de posição para créditos corporativos, representando incremento de 6,0% ante dezembro 2020.

Contrabalanceando este cenário e seguindo a postura conservadora adotada em 2020, a carteira de crédito varejo tem reduzido ao longo do período de pandemia, fechando o primeiro semestre de 2021 em R\$ 1.483 milhões, representando queda de 27,9% se comparado ante dezembro de 2020. Vale destacar que novos desembolsos aos

funcionários dos governos locais estaduais foram suspensos desde 2020 e para os funcionários do governo federal, os processos de concessão de crédito estão seguindo regras mais criteriosas, onde houve a redução da idade máxima do cliente para concessão de crédito consignado, além das adequações realizadas nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Outro ponto a se frisar para a carteira de crédito varejo é a campanha de recuperação visando a redução de créditos em atraso para manter os indicadores desta carteira em patamares razoáveis.

Sendo assim, ao final de junho de 2021, o saldo da carteira de crédito se manteve estável, em comparação a dezembro de 2020. O segmento corporativo aumentou R\$ 503 milhões neste período, ao passo que o segmento varejo diminuiu R\$ 504 milhões.

Os índices consolidados de NPL (non performing loans) compostos pela carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa. A carteira consolidada em 30 de junho de 2021 apresentou 3,1% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2020 4,9%. Foram realizados controles para manter o processo de redução da relação NPL e despesas de provisões, mantendo a estabilidade na qualidade da carteira de crédito.

Além das medidas acima indicadas, o Banco vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

### **Desempenho do Semestre**

O primeiro semestre de 2021 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Conglomerado no ano precedente, que propunham elevar a qualidade dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2021, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.354,1 milhões. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), teve um aumento de 2,0% na comparação com o fim do ano passado representando 96,9% do total da carteira.

Em relação ao Funding que abrange captações no mercado em Reais e obrigações por empréstimos e repasses, observamos um decréscimo de 3,9% da captação em reais nesse semestre. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.534,4 milhões, com um decréscimo de 0,4% ante dezembro do ano passado. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 534,2 milhões, decréscimo de 22,9% na comparação com 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2021, a Matriz representava 37,6% da captação total de R\$ 12.304,6 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente as condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados.

O Banco possui operações de crédito e captações indexadas à variação cambial, cujos efeitos impactaram significativamente as receitas e as despesas da intermediação financeira apresentadas em 30 de junho de 2020, no entanto, estes efeitos não alcançaram o resultado líquido da intermediação financeira do Conglomerado, em decorrência da utilização de instrumentos financeiros derivativos para eliminar a exposição cambial das operações do Grupo em moedas estrangeiras.

O resultado bruto da intermediação financeira consolidado do primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021 alcançou R\$ 179,0 milhões, decréscimo ante o resultado obtido no semestre findo em 30 de junho de 2020, R\$ 333,1

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – Conglomerado Prudencial

milhões, reflexo da redução dos spreads praticados pelo Grupo dada a opção estratégica por clientes corporativos de grande porte com excelente perfil de risco, além da redução significativa das operações de crédito consignado.

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 142,4 milhões, aumento de 1,70% na comparação com 30 de junho de 2020.

O prejuízo líquido consolidado do primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 12,9 milhões, significativamente inferior ao mesmo período de 2020, onde foi registrado prejuízo R\$ 514,6 milhões, decorrente, principalmente, da baixa de créditos tributários no montante de R\$ 394,2 milhões.

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido consolidado alcançou R\$ 1.096,6 milhões e o índice de Basileia era de 14,08%.

### **Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos**

O Conglomerado encerrou 2021 com 444 funcionários e nove pontos de atendimento.

### **Considerações finais**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 26 de agosto de 2021).

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria  
1º semestre de 2021.**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco.

O Comitê analisou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2021, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 26 de agosto de 2021

**Comitê de Auditoria**

---

***China Construction  
Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A. -  
Conglomerado Prudencial***  
*Demonstrações contábeis  
consolidadas em  
30 de junho de 2021  
e relatório do auditor independente*



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Aos Administradores e Acionistas  
China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

## Ênfase

---

### **Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis", que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## Outros assuntos

---

### **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2021.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

---

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis"



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>17.262.817</b>	<b>16.555.494</b>
Disponibilidades		148.194	168.559
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.932.310	887.890
Títulos e valores mobiliários	6.b	4.546.016	4.884.623
Derivativos	7.f	106.015	98.570
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8	9.141.229	9.517.523
Operações de câmbio	9	1.252.219	1.075.652
Outros instrumentos financeiros	10	490.189	460.840
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(353.355)	(538.163)
<b>Ativos não Financeiros Mantidos para Venda</b>	12	<b>149.279</b>	<b>171.948</b>
Custo		276.320	318.684
Provisão para redução ao valor recuperável		(127.041)	(146.736)
<b>Investimentos</b>		<b>3.118</b>	<b>3.112</b>
Participações societárias		2.473	2.467
Outros investimentos		645	645
<b>Imobilizado</b>		<b>16.419</b>	<b>21.158</b>
Custo		116.128	116.127
Depreciação acumulada		(98.200)	(93.460)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.509)	(1.509)
<b>Ativo Intangível</b>		<b>1.700</b>	<b>1.988</b>
Custo		130.560	129.686
Amortização acumulada		(128.860)	(127.698)
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>1.381.566</b>	<b>1.412.152</b>
Impostos a compensar		19.946	31.850
Crédito tributário	13.a	980.958	999.640
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	380.662	380.662
<b>Outros Ativos</b>	14	<b>80.997</b>	<b>77.997</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.895.896</b>	<b>18.243.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais)

(continuação)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>16.237.275</b>	<b>15.566.182</b>
Captações no mercado	15	10.008.875	10.116.344
Obrigações por empréstimos e repasses	16	4.597.688	4.352.900
Derivativos	7.f	69.028	82.233
Operações de câmbio	9	179.816	112.856
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	1.358.957	892.897
Outros instrumentos financeiros	19	22.911	8.952
<b>Provisões</b>	20	<b>1.144.774</b>	<b>1.131.323</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>314.648</b>	<b>332.355</b>
Impostos correntes		14.453	28.191
Impostos diferidos	13.c	217.788	221.882
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	82.407	82.282
<b>Outras Obrigações</b>	23	<b>102.557</b>	<b>103.711</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>17.799.254</b>	<b>17.133.571</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	24.a	2.956.864	2.956.864
Ações em tesouraria	24.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.800.705)	(1.787.813)
Reservas de capital		899	899
Outros resultados abrangentes		(5.311)	(4.567)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.096.642</b>	<b>1.110.278</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>18.895.896</b>	<b>18.243.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração Consolidada do Resultado  
Semestres findos em 30 de junho  
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>140.668</b>	<b>2.978.346</b>
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	26	151.043	1.811.435
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	27	74.230	173.643
Resultado com derivativos	28	(50.002)	381.917
Resultado de câmbio	29	(34.603)	611.351
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>38.353</b>	<b>(2.645.294)</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	31	155.212	(1.761.327)
Operações de captações no mercado	32	(131.574)	(165.001)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	33	14.215	(281.567)
Dívida subordinada		-	(438.896)
Outras despesas de intermediação financeira	30	500	1.497
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito</b>		<b>179.021</b>	<b>333.052</b>
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(18.029)	(192.783)
<b>Resultado Líquido da Intermediação Financeira</b>		<b>160.992</b>	<b>140.269</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(170.002)</b>	<b>(232.206)</b>
Receitas com prestação de serviços e tarifas	34	22.414	25.652
Despesas de pessoal	35	(92.668)	(79.739)
Outras despesas administrativas	36	(49.707)	(60.262)
Outras receitas operacionais	37	11.952	22.002
Outras despesas operacionais	38	(35.353)	(91.696)
Resultado de participações societárias		182	66
Provisão para passivos contingentes	21.a	(26.669)	(36.294)
Provisão para garantias prestadas		(153)	(11.935)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(9.010)</b>	<b>(91.937)</b>
Outras receitas (despesas) não operacionais		13.775	(293)
Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda		(375)	(32.966)
<b>Resultado não Operacional</b>	39	<b>13.400</b>	<b>(33.259)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>		<b>4.390</b>	<b>(125.196)</b>
Imposto de renda e contribuição social	13.d	(1.960)	(4.078)
Impostos diferidos	13.d	(15.322)	(385.313)
<b>Prejuízo líquido do Semestre</b>		<b>(12.892)</b>	<b>(514.587)</b>
<b>Quantidade de ações (mil)</b>		<b>459.233</b>	<b>459.233</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - R\$</b>		<b>(0,03)</b>	<b>(1,12)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente  
Semestres findos em 30 de junho  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Prejuízo Líquido do Semestre</b>	<u>(12.892)</u>	<u>(514.587)</u>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para (Prejuízo) Líquido</b>	<u>(744)</u>	<u>(284)</u>
<b>Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda</b>		
Variação de valor justo	(1.353)	(476)
Crédito tributário	609	192
<b>Resultado Abrangente do Semestre</b>	<u><u>(13.636)</u></u>	<u><u>(514.871)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido  
Semestres findos em 30 de junho  
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Ágio na subscrição de ações</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>266</b>	<b>(1.311.935)</b>	<b>1.590.989</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(284)	-	(284)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(514.587)	(514.587)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.826.522)</b>	<b>1.076.118</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	(284)	(514.587)	(514.871)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(1.787.813)</b>	<b>1.110.278</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(744)	-	(744)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(12.892)	(12.892)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(5.311)</b>	<b>(1.800.705)</b>	<b>1.096.642</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	(744)	(12.892)	(13.636)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.



**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**  
**Semestres findos em 30 de junho**  
*(Em milhares de reais)*

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
<b>Prejuízo Líquido do Semestre</b>		<b>(12.892)</b>	<b>(514.587)</b>
<b>Ajustes ao Resultado</b>		<b>58.250</b>	<b>606.987</b>
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	18.029	192.783
Atualização de depósitos judiciais		(2.224)	(4.562)
Provisão para passivos contingentes	21.a	26.669	36.294
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	31	5.829	(44.492)
Outras provisões operacionais		528	44.901
Depreciação e amortização	36	5.901	10.648
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	13	15.322	385.313
Resultado de participações societárias		(182)	(66)
Perda na venda de tangível		-	2.349
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	39	(13.623)	(1.857)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		2.001	(14.324)
<b>Lucro Ajustado</b>		<b>45.358</b>	<b>92.400</b>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		786	14
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		337.254	(76.746)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos		(20.650)	388.257
Redução (aumento) na carteira de crédito e de arrendamento mercantil		173.149	(2.425.302)
(Aumento) em carteira de câmbio - Ativo		(176.567)	(769.896)
Aumento em carteira de câmbio - Passivo		66.960	458.512
(Aumento) em outros instrumentos financeiros - Ativo		(254.051)	(292.736)
(Redução) aumento em captação no mercado		(107.469)	3.603.644
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.557)	(2.649)
Pagamento de juros		(31.567)	(112.664)
Pagamento de contingências	21.a	(18.977)	(17.379)
Recebimento de juros		236.006	336.334
(Redução) em outras obrigações		(6.730)	(45.559)
(Redução) aumento em outros instrumentos financeiros - Passivo		13.959	(2.937)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>254.904</b>	<b>1.133.293</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		36.225	10.775
Aquisição e alienação de imobilizado de uso		-	(35)
Aplicação no intangível		(873)	(587)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos</b>		<b>35.352</b>	<b>10.153</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		6.157.863	11.612.324
(Redução) em dívidas subordinadas	18	-	(1.110.499)
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	17	466.060	263.664
Pagamento de empréstimos		(5.887.337)	(9.949.854)
<b>Caixa Líquido Utilizado em Atividades de Financiamento</b>		<b>736.586</b>	<b>815.635</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.026.842</b>	<b>1.959.081</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	1.050.918	586.815
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(2.001)	14.324
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.075.759	2.560.220
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.026.842</b>	<b>1.959.081</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **a) Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 41).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

De acordo com a regulamentação prevista na Resolução BCB nº 02/20, as operações de arrendamento mercantil passaram a ser apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres apresentados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021.

**b) Demonstrações contábeis consolidadas**

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN Nº 4.280/13, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A., incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A. era composto pelo Banco e empresas controladas:

<b>Participação</b>	<b>%</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do semestre.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

**c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do semestre.

**f) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito**

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d – Composição da carteira por níveis de risco.

**g) Cessão de crédito**

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

#### **h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

i) **Ativos e obrigações fiscais**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram calculados considerando a alíquota vigente na data sua realização.

A partir de julho de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social das instituições financeiras será majorada em 5% até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, os créditos tributários e passivos fiscais diferidos cuja realização está prevista para o segundo semestre de 2021, foram mensurados considerando a nova alíquota de contribuição social de 25% no Banco e 20% nas demais subsidiárias financeiras do Grupo.

j) **Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

k) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	148.194	168.559
Aplicações no mercado aberto	1.590.997	733.997
Aplicações em moedas estrangeiras	336.568	148.362
<b>Total</b>	<b>2.075.759</b>	<b>1.050.918</b>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto	1.590.997	733.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.745	5.531
Aplicações em moedas estrangeiras	336.568	148.362
<b>Total</b>	<b>1.932.310</b>	<b>887.890</b>

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	1.931.186	886.782
Não circulante	1.124	1.108
<b>Total</b>	<b>1.932.310</b>	<b>887.890</b>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

30/06/2021							
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>619.056</b>	<b>614.081</b>	<b>1.233.137</b>	<b>3.224.443</b>	<b>4.457.580</b>	<b>4.467.236</b>	<b>4.457.580</b>
Carteira própria (*)	15.960	5.085	21.045	161.158	182.203	182.462	182.203
Letras Financeiras Tesouro	15.960	5.085	21.045	161.158	182.203	182.462	182.203
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>400.052</b>	<b>582.299</b>	<b>982.351</b>	<b>2.465.744</b>	<b>3.448.095</b>	<b>3.454.706</b>	<b>3.448.095</b>
Letras Financeiras Tesouro	400.052	582.299	982.351	2.465.744	3.448.095	3.454.706	3.448.095
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	509.073	509.073	511.707	509.073
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	509.073	509.073	511.707	509.073
<b>Vinculados a prestação de garantias (**)</b>	<b>203.044</b>	<b>26.697</b>	<b>229.741</b>	<b>88.468</b>	<b>318.209</b>	<b>318.361</b>	<b>318.209</b>
Letras Financeiras Tesouro	203.044	26.697	229.741	88.468	318.209	318.361	318.209
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.436</b>	<b>88.436</b>	<b>88.436</b>	<b>88.436</b>
Carteira própria	-	-	-	88.436	88.436	88.436	88.436
Cotas – FIDC	-	-	-	88.436	88.436	88.436	88.436
<b>Total</b>	<b>619.056</b>	<b>614.081</b>	<b>1.233.137</b>	<b>3.312.879</b>	<b>4.546.016</b>	<b>4.555.672</b>	<b>4.546.016</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 317.110 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 631 referente a processos judiciais e R\$ 468 referente a outras garantias.

31/12/2020							
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>398.526</b>	<b>611.054</b>	<b>1.009.580</b>	<b>3.791.369</b>	<b>4.800.949</b>	<b>4.809.252</b>	<b>4.800.949</b>
Carteira própria (*)	8.456	58.347	66.803	869.818	936.621	937.968	936.621
Letras Financeiras Tesouro	8.456	58.347	66.803	869.818	936.621	937.968	936.621
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>390.070</b>	<b>281.757</b>	<b>671.827</b>	<b>2.868.031</b>	<b>3.539.858</b>	<b>3.546.573</b>	<b>3.539.858</b>
Letras Financeiras Tesouro	390.070	281.757	671.827	2.868.031	3.539.858	3.546.573	3.539.858
<b>Vinculados a prestação de garantias (**)</b>	<b>-</b>	<b>270.950</b>	<b>270.950</b>	<b>53.520</b>	<b>324.470</b>	<b>324.711</b>	<b>324.470</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	270.950	270.950	53.520	324.470	324.711	324.470
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>83.674</b>	<b>-</b>	<b>83.674</b>	<b>-</b>	<b>83.674</b>	<b>83.674</b>	<b>83.674</b>
Carteira própria	83.674	-	83.674	-	83.674	83.674	83.674
Cotas - FIDC	83.674	-	83.674	-	83.674	83.674	83.674
<b>Total</b>	<b>482.200</b>	<b>611.054</b>	<b>1.093.254</b>	<b>3.791.369</b>	<b>4.884.623</b>	<b>4.892.926</b>	<b>4.884.623</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 321.890 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 2.118 referente a processos judiciais e R\$ 462 referente a outras garantias.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

## 7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o semestre vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

### b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

### c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

### d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2021 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

#### e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

#### f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2021), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2021 apresentam as seguintes características:

							Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
<b>Contratos de Swap</b>											
Mercado Interfinanceiro	13.376	21.824	35.200	5.776	17.704	23.480	48.430	70.780	119.210	82.516	201.726
Moeda Estrangeira	19.170	18.860	38.030	1.262	15.138	16.400	(69.235)	(124.431)	(193.666)	(82.516)	(276.182)
Pré	5.144	-	5.144	2.150	-	2.150	20.805	53.651	74.456	-	74.456
<b>Subtotal</b>	<b>37.690</b>	<b>40.684</b>	<b>78.374</b>	<b>9.188</b>	<b>32.842</b>	<b>42.030</b>	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	1.210	4.961	6.171	(250)	1.125	875	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>38.900</b>	<b>45.645</b>	<b>84.545</b>	<b>8.938</b>	<b>33.967</b>	<b>42.905</b>	-	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Contratos de Termo/NDF</b>											
Compra de Termo/NDF	1.189	1.666	2.855	23.172	1.853	25.025	470.593	142.289	612.882	44.401	<b>657.283</b>
Venda de Termo/NDF	18.615	-	18.615	1.092	6	1.098	262.866	81.472	344.338	1.696	<b>346.034</b>
<b>Subtotal</b>	<b>19.804</b>	<b>1.666</b>	<b>21.470</b>	<b>24.264</b>	<b>1.859</b>	<b>26.123</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>58.704</b>	<b>47.311</b>	<b>106.015</b>	<b>33.202</b>	<b>35.826</b>	<b>69.028</b>	-	-	-	-	-

<b>Contratos Futuros (*)</b>											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	-	-	-	145	-	145	163.322	75.577	238.899	57.535	<b>296.434</b>
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	1.211	-	1.211	-	-	-	(159.974)	(507.884)	(667.858)	(679.702)	<b>(1.347.560)</b>
Compra – DDI – Cupom											
Cambial	22.147	-	22.147	-	-	-	621.741	1.538.927	2.160.668	46.352	<b>2.207.020</b>
Venda – DDI – Cupom											
Cambial	-	-	-	1.873	-	1.873	(141.961)	(39.762)	(181.723)	(22.090)	<b>(203.813)</b>
Compra – Moeda											
Estrangeira	14.013	-	14.013	5	-	5	1.524.567	-	1.524.567	-	<b>1.524.567</b>
Venda – Moeda											
Estrangeira	463	-	463	20.870	-	20.870	(2.063.278)	-	(2.063.278)	-	<b>(2.063.278)</b>
<b>Total</b>	<b>37.834</b>	<b>-</b>	<b>37.834</b>	<b>22.893</b>	<b>-</b>	<b>22.893</b>	-	-	-	-	-

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (nota 19).

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
<b>Contratos de Swap</b>											
Mercado Interfinanceiro	3.047	3.051	6.098	8	872	880	75.048	14.221	89.269	5.005	<b>94.274</b>
Moeda Estrangeira	31.256	39.367	70.623	16.312	34.000	50.312	(89.040)	(53.387)	(142.427)	(5.005)	<b>(147.432)</b>
Pré	827	-	827	-	-	-	13.992	39.166	53.158	-	<b>53.158</b>
<b>Subtotal</b>	<b>35.130</b>	<b>42.418</b>	<b>77.548</b>	<b>16.320</b>	<b>34.872</b>	<b>51.192</b>	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado											
	962	2.336	3.298	(826)	1.498	672	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>36.092</b>	<b>44.754</b>	<b>80.846</b>	<b>15.494</b>	<b>36.370</b>	<b>51.864</b>	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Termo/NDF</b>											
Compra de Termo/NDF	10.674	1.782	12.456	28.647	1.018	29.665	312.111	348.171	660.282	41.184	<b>701.466</b>
Venda de Termo/NDF	5.268	-	5.268	704	-	704	315.265	67.872	383.137	-	<b>383.137</b>
<b>Subtotal</b>	<b>15.942</b>	<b>1.782</b>	<b>17.724</b>	<b>29.351</b>	<b>1.018</b>	<b>30.369</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.034</b>	<b>46.536</b>	<b>98.570</b>	<b>44.845</b>	<b>37.388</b>	<b>82.233</b>	-	-	-	-	-
<b>Contratos Futuros (*)</b>											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	42	-	42	7	-	7	36.495	310.734	347.229	51.255	<b>398.484</b>
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	17	-	17	664	-	664	(415.790)	(214.966)	(630.756)	(1.070.498)	<b>(1.701.254)</b>
Compra – DDI – Cupom											
Cambial	228	-	228	3.331	-	3.331	383.089	1.498.342	1.881.431	-	<b>1.881.431</b>
Venda – DDI – Cupom											
Cambial	937	-	937	134	-	134	(498.003)	(262.938)	(760.941)	(53.669)	<b>(814.610)</b>
Compra – Moeda											
Estrangeira	236	-	236	4.313	-	4.313	1.756.936	-	1.756.936	-	<b>1.756.936</b>
Venda – Moeda											
Estrangeira	3.880	-	3.880	474	-	474	(1.871.734)	-	(1.871.734)	-	<b>(1.871.734)</b>
<b>Total</b>	<b>5.340</b>	<b>-</b>	<b>5.340</b>	<b>8.923</b>	<b>-</b>	<b>8.923</b>	-	-	-	-	-

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (nota 19).

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
LFT	01/09/2021	203.044	203.044	269.455	269.455
LFT	01/03/2022	26.229	26.229	25.888	25.888
LFT	01/09/2022	60.947	60.947	-	-
LFT	01/03/2023	26.890	26.890	26.547	26.547

### g) Hedge accounting

#### Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações contábeis consolidadas.

	30/06/2021		Objeto de Hedge		Instrumento de Hedge	
	Risco de Taxa de Juros	Valor Curva	Valor Justo	Valor da parcela inefetiva	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
		Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito		1.151.201	1.157.272	636	1.285.183	5.435
<b>Total</b>		<b>1.151.201</b>	<b>1.157.272</b>	<b>636</b>	<b>1.285.183</b>	<b>5.435</b>

  

	31/12/2020		Objeto de Hedge		Instrumento de Hedge	
	Risco de Taxa de Juros	Valor Curva	Valor Justo	Valor da parcela inefetiva	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
		Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito		1.379.522	1.454.742	10.036	1.555.731	65.184
<b>Total</b>		<b>1.379.522</b>	<b>1.454.742</b>	<b>10.036</b>	<b>1.555.731</b>	<b>65.184</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

8. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Diversificação por tipo de operação

	30/06/2021	31/12/2020
Financiamentos à exportação	3.687.277	3.289.695
Capital de giro e descontos	2.806.345	2.994.105
Crédito pessoal consignado	1.469.982	2.031.727
Financiamentos a importação	479.511	399.422
Financiamentos rurais e agroindustriais	303.132	252.607
Devedores por compra de valores e bens	29.261	36.744
Financiamentos de veículos	28.359	71.987
Outros	271.048	373.361
<b>Operações de crédito</b>	<b>9.074.915</b>	<b>9.449.648</b>
Operações de Arrendamento Mercantil	66.314	67.875
<b>Total de operações de crédito e arrendamento mercantil</b>	<b>9.141.229</b>	<b>9.517.523</b>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	1.212.824	906.075
<b>TOTAL</b>	<b>10.354.053</b>	<b>10.423.598</b>

(\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Passivo - Operações de câmbio” (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Ativo - Operações de câmbio” (nota 9).

b) Diversificação por setor de atividade

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Setor Privado</b>	<b>8.849.500</b>	<b>8.344.658</b>
Indústria	4.348.631	3.898.598
Comércio	2.682.727	2.209.659
Outros serviços	1.581.708	1.958.185
Agronegócio	236.434	278.216
<b>Pessoas físicas</b>	<b>1.504.553</b>	<b>2.078.940</b>
<b>Total</b>	<b>10.354.053</b>	<b>10.423.598</b>

c) Diversificação por prazos – por parcela

	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Vencidos a partir de 15 dias	42.942	0,42	59.145	0,57
Até 03 meses	1.924.239	18,58	2.074.028	19,89
De 03 meses até 01 ano	4.907.043	47,39	4.229.777	40,58
<b>Total Circulante</b>	<b>6.874.224</b>	<b>66,39</b>	<b>6.362.950</b>	<b>61,04</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.479.829</b>	<b>33,61</b>	<b>4.060.648</b>	<b>38,96</b>
<b>Total</b>	<b>10.354.053</b>	<b>100</b>	<b>10.423.598</b>	<b>100</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Composição da carteira por níveis de risco

30/06/2021			
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.027.607	29,25	-
A	3.907.757	37,74	19.539
B	2.098.528	20,26	20.985
C	1.003.358	9,69	30.101
D	8.370	0,08	837
E	641	0,01	192
F	13.231	0,13	6.615
G	64.916	0,62	45.441
H	229.645	2,22	229.645
<b>Total</b>	<b>10.354.053</b>	<b>100</b>	<b>353.355</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

31/12/2020			
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	2.641.730	25,35	-
A	3.829.983	36,74	19.150
B	2.336.113	22,41	23.361
C	1.100.003	10,55	33.000
D	9.086	0,09	909
E	30.293	0,29	9.088
F	14.417	0,14	7.208
G	55.087	0,53	38.561
H	406.886	3,90	406.886
<b>Total</b>	<b>10.423.598</b>	<b>100</b>	<b>538.163</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	30/06/2020		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	186.359	1,80	194.612	1,87
10 Maiores devedores	1.513.709	14,62	1.665.243	15,98
100 Maiores devedores	6.899.181	66,63	6.644.517	63,74

f) Operações vinculadas a cessão

f.1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

As referidas cessões estão classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” e apresentam o saldo de R\$ 36.188 (Dezembro/20 – R\$ 50.065), e o valor registrado como obrigações por operações de crédito vinculadas à cessão é de R\$ 38.564 (Dezembro/20 – R\$ 53.657). A despesa com obrigações vinculadas registrada no semestre foi de R\$ 4.727 (Junho/20 - R\$ 9.918) (nota 30), decorrentes da apropriação “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

## 9. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	1.200.231	1.008.455
Direitos sobre vendas de câmbio	123.689	47.941
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	10.336	21.152
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(82.037)	(1.896)
<b>Total</b>	<b>1.252.219</b>	<b>1.075.652</b>
Circulante	1.252.219	1.075.652
<b>Total</b>	<b>1.252.219</b>	<b>1.075.652</b>
	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>		
Obrigações por compras de câmbio	1.249.082	936.073
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.202.488)	(884.923)
Câmbio vendido a liquidar	133.222	61.706
<b>Total</b>	<b>179.816</b>	<b>112.856</b>
Circulante	179.816	112.856
<b>Total</b>	<b>179.816</b>	<b>112.856</b>

## 10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por depósitos em garantia	430.810	430.899
Negociação e intermediação de valores	37.834	5.340
Rendas a receber	11.879	14.750
Títulos e créditos a receber	9.666	9.851
<b>Total</b>	<b>490.189</b>	<b>460.840</b>
Circulante	47.916	18.682
Não circulante	442.273	442.158
<b>Total</b>	<b>490.189</b>	<b>460.840</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### 11. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

	30/06/2021	30/06/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>538.163</b>	<b>551.723</b>
Constituição de provisão para créditos do semestre	18.029	192.783
<b>Subtotal</b>	<b>556.192</b>	<b>744.506</b>
Baixas para prejuízo (*)	(202.837)	(189.771)
<b>Saldo final</b>	<b>353.355</b>	<b>554.735</b>
Recuperação de créditos baixados	22.504	15.783
Percentual da provisão sobre carteira	3,41	4,30
Circulante	177.910	222.876
Não circulante	175.445	331.859
<b>Saldo final</b>	<b>353.355</b>	<b>554.735</b>

(\*) Do montante de baixas R\$ 14.750 (Junho/20 – R\$ 96.321) referem-se a operações de crédito vinculadas a captações de acordo com a regras estabelecidas pela Resolução CMN 2.921/02 (Nota 16).

Em 30 de junho de 2021 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 1.982.875 (Dezembro/20 – R\$ 1.654.395) e um saldo de provisão para os créditos renegociados de R\$ 142.740 (Dezembro/20 – R\$ 133.411).

#### 12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	30/06/2021	31/12/2020
Imóveis	256.726	295.465
Máquinas e equipamentos	15.810	17.053
Veículos e afins	3.187	5.542
Outros	597	624
<b>Subtotal</b>	<b>276.320</b>	<b>318.684</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	(127.041)	(146.736)
<b>Total</b>	<b>149.279</b>	<b>171.948</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 13. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no semestre:

	31/12/2020	Varição PL	Realizações	Adições	Ajuste CSLL 5%	30/06/2021
<b>Imposto de Renda</b>						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	293.571	-	(11.398)	8.206	-	290.379
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.174	-	(4.941)	17	-	8.250
Provisão para contingências e outras	249.292	338	(14.781)	11.924	-	246.773
<b>Subtotal</b>	<b>556.037</b>	<b>338</b>	<b>(31.120)</b>	<b>20.147</b>	<b>-</b>	<b>545.402</b>
Prejuízo fiscal	3.067	-	(453)	37	-	2.651
<b>Subtotal – Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>559.104</b>	<b>338</b>	<b>(31.573)</b>	<b>20.184</b>	<b>-</b>	<b>548.053</b>
<b>Contribuição Social</b>						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	231.372	-	(8.333)	6.379	480	229.898
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.319	-	(3.876)	10	19	6.472
Provisão para contingências e outras	197.394	271	(11.766)	9.469	43	195.411
<b>Subtotal</b>	<b>439.085</b>	<b>271</b>	<b>(23.975)</b>	<b>15.858</b>	<b>542</b>	<b>431.781</b>
Base negativa da CSLL acumulada	1.451	-	(384)	-	57	1.124
<b>Subtotal – Crédito Tributário CSLL</b>	<b>440.536</b>	<b>271</b>	<b>(24.359)</b>	<b>15.858</b>	<b>599</b>	<b>432.905</b>
<b>Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>999.640</b>	<b>609</b>	<b>(55.932)</b>	<b>36.042</b>	<b>599</b>	<b>980.958</b>

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										30/06/2021
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
<b>Valor Projetado</b>	126.615	81.673	98.758	78.633	106.686	131.494	5.694	376	376	350.653	<b>980.958</b>
<b>Valor Presente (*)</b>	122.369	73.729	83.273	61.931	78.485	90.356	3.655	225	211	183.408	<b>697.642</b>
<b>% Realização</b>	12,9%	8,3%	10,1%	8,0%	10,9%	13,4%	0,6%	0,0%	0,0%	35,8%	<b>100%</b>

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2020
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
<b>Valor Projetado</b>	157.028	76.969	101.850	76.937	194.416	35.369	3.771	392	392	352.516	<b>999.640</b>
<b>Valor Presente (*)</b>	153.949	73.980	95.976	71.078	176.089	31.407	3.283	335	328	289.185	<b>895.610</b>
<b>% Realização</b>	15,7%	7,7%	10,2%	7,7%	19,5%	3,5%	0,4%	0,0%	0,0%	35,3%	<b>100,0%</b>

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

Além da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Resolução CMN nº 4.842/20, estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que a instituição financeira apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais

O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos últimos cinco exercícios sociais exceto 2019 e 2020. Desta forma, a exemplo de exercícios anteriores, caso o Banco apresente prejuízo fiscal no exercício de 2021, a Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução BACEN 15/20, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Consolidado possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos.

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.121.622 (Dezembro/20 – R\$ 1.110.817), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 119.960 (R\$ 123.799 em 2020), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.848/20 de até 10 anos.

#### **b) Crédito presumido**

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2021 o Banco recuperou R\$ 277 (Junho/20 – R\$ 96), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 125 (Dezembro/20 - R\$ 143), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Crédito Presumido Constituído</b>	380.662	380.662
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	(82.407)	(82.282)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Passivo fiscal diferido

	31/12/2020	Varição no Resultado	Ajuste CSLL 5%	30/06/2021
<b>Imposto de Renda</b>				
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	78.590	(1.458)	-	77.132
Atualização monetária de depósitos judiciais	21.110	525	-	21.635
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.133	9.039	-	11.172
Hedge Accounting	18.805	(17.287)	-	1.518
Superveniência de Depreciação	4.779	663	-	5.442
<b>Subtotal Imposto de Renda</b>	<b>125.417</b>	<b>(8.518)</b>	-	<b>116.899</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	62.872	(1.166)	11.579	73.285
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.842	419	-	17.261
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	1.707	7.231	37	8.975
Hedge Accounting	15.044	(13.676)	-	1.368
<b>Subtotal Contribuição Social</b>	<b>96.465</b>	<b>(7.192)</b>	<b>11.616</b>	<b>100.889</b>
<b>Total impostos diferidos</b>	<b>221.882</b>	<b>(15.710)</b>	<b>11.616</b>	<b>217.788</b>
Crédito presumido – Lei nº 12.838/13	82.282	125	-	82.407
<b>Total</b>	<b>304.164</b>	<b>(15.585)</b>	<b>11.616</b>	<b>300.195</b>

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	30/06/2021		30/06/2020	
	IR	CS	IR	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>4.390</b>	<b>4.390</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(125.196)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.390</b>	<b>4.390</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(125.196)</b>
Adições temporárias	63.143	63.131	435.935	435.935
Adições permanentes	275.598	275.598	52.594	52.594
Exclusões	(441.527)	(438.864)	(670.494)	(666.431)
<b>Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(98.396)</b>	<b>(95.745)</b>	<b>(307.161)</b>	<b>(303.098)</b>
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	321.664	317.601
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(1.780)	(2.531)	(4.274)	(4.274)
<b>Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(100.176)</b>	<b>(98.276)</b>	<b>10.229</b>	<b>10.229</b>
Encargos às alíquotas de 15% e 20% para IR e CSLL	645	907	1.539	1.540
Adicional de 10% de IR	408	-	999	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>1.053</b>	<b>907</b>	<b>2.538</b>	<b>1.540</b>
<b>Conciliação do resultado</b>				
Impostos correntes	1.053	907	2.538	1.540

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Imposto de Renda e CSLL Diferido	(8.449)	4.480	18.480	13.969
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>(7.396)</b>	<b>5.387</b>	<b>21.018</b>	<b>15.509</b>
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(20.147)	(15.858)	(89.721)	(69.559)
Constituição de crédito tributário (s/ prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(37)	-	(1.494)	(286)
Constituição de crédito tributário (diferença de alíquota 5%)	-	(599)	-	-
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativo CSLL). Resolução nº 4.842/20	-	-	216.941	177.240
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	31.120	23.975	68.557	51.186
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	453	384	-	-
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>11.389</b>	<b>7.902</b>	<b>194.283</b>	<b>158.581</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>3.993</b>	<b>13.289</b>	<b>215.301</b>	<b>174.090</b>

#### 14. OUTROS ATIVOS

	30/06/2021	31/12/2020
Devedores diversos no país	37.536	34.329
Pagamentos a ressarcir	25.950	28.097
Relações interfinanceiras	8.625	11.114
Despesas antecipadas	3.069	956
Outros	5.817	3.501
<b>Total</b>	<b>80.997</b>	<b>77.997</b>
Circulante	44.094	48.083
Não circulante	36.903	29.914
<b>Total</b>	<b>80.997</b>	<b>77.997</b>

#### 15. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2021						
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano		Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	102.252	-	-	-	102.252	-	102.252
Depósitos de poupança	2.931	-	-	-	2.931	-	2.931
Depósitos interfinanceiros	-	123.564	50.525	-	174.089	-	174.089
Depósitos a prazo	-	1.769.990	2.144.610	-	3.914.600	1.619.840	5.534.440
Obrigações por operações compromissadas	-	3.660.951	-	-	3.660.951	-	3.660.951
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	1.086	863	-	1.949	300	2.249
Letras de crédito do agronegócio – LCA	-	74.680	166.926	-	241.606	9.662	251.268
Letra financeira - LF	-	34.349	179.441	-	213.790	66.905	280.695
<b>Total</b>	<b>105.183</b>	<b>5.664.620</b>	<b>2.542.365</b>	<b>-</b>	<b>8.312.168</b>	<b>1.696.707</b>	<b>10.008.875</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2020					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	114.597	-	-	114.597	-	<b>114.597</b>
Depósitos de poupança	2.935	-	-	2.935	-	<b>2.935</b>
Depósitos interfinanceiros	-	203.601	45.262	248.863	-	<b>248.863</b>
Depósitos a prazo	-	317.921	2.106.267	2.424.188	3.133.360	<b>5.557.548</b>
Obrigações por operações compromissadas	-	3.499.202	-	3.499.202	-	<b>3.499.202</b>
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	1.574	1.040	2.614	-	<b>2.614</b>
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	52.050	105.619	157.669	121.000	<b>278.669</b>
Letra financeira - LF	-	25.933	247.099	273.032	138.884	<b>411.916</b>
<b>Total</b>	<b>117.532</b>	<b>4.100.281</b>	<b>2.505.287</b>	<b>6.723.100</b>	<b>3.393.244</b>	<b>10.116.344</b>

## 16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Repasses país - Instituições oficiais	102.006	28.232	130.238	27.374	157.612	154.233
No exterior	1.174.419	3.254.519	4.428.938	11.138	4.440.076	4.198.667
Empréstimo com a matriz	702.082	2.526.737	3.228.819	-	3.228.819	3.544.112
Empréstimos com a matriz – vinculados (*)	11.918	11.316	23.234	11.138	34.372	48.335
Demais empréstimos no exterior <sup>(1)</sup>	460.419	716.466	1.176.885	-	1.176.885	606.220
<b>Total geral em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.276.425</b>	<b>3.282.751</b>	<b>4.559.176</b>	<b>38.512</b>	<b>4.597.688</b>	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.269.388</b>	<b>3.054.223</b>	<b>4.323.611</b>	<b>29.289</b>		<b>4.352.900</b>

<sup>(1)</sup> As operações de empréstimos e repasses do exterior, no montante de R\$ 14.296 (R\$ 29.826 em dezembro de 2020), que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no circulante por motivo de desenquadramento de indicadores.

(\*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;

III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;

IV - Compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;

V - Prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;

VI - Postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

VII - Não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Em 30 de junho de 2021 o montante das captações vinculadas a operações ativas registradas no grupo “Empréstimos no Exterior” é de R\$ 342.902 (Dezembro/20 – R\$ 362.694), e o saldo das operações ativas é de R\$ 61.156 (Dezembro/20 – R\$ 84.975), sendo que neste semestre não temos parcelas vencidas (Dezembro/20 – R\$ 14.481 - representados por créditos que apresentam parcelas vencidas há mais de 1 dia).

Visando apresentação da melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, o Banco considerando a expectativa de recebimento dos créditos vinculados, registrou ajuste redutor do grupo “Empréstimos no Exterior” pelo montante de R\$ 308.529 (Dezembro/20 – R\$ 314.359), sendo o montante de R\$ 5.829 (Dezembro/20 – R\$ 31.948) em contrapartida ao resultado do semestre.

## 17. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Captação	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	30/06/2021	31/12/2020
Dívida Perpétua Nível I (c)	US\$ 70.000	29/12/2016	-	228.025	8,00%	350.154	363.769
Dívida Perpétua Nível I (a) (c)	US\$ 100.000	04/06/2021	-	506.660	6,61%	500.220	-
Dívida Subordinada Nível II (b)	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	508.583	529.128
<b>Total</b>						<b>1.358.957</b>	<b>892.897</b>

  

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	8.363	-
Não circulante	1.350.594	892.897
<b>Total</b>	<b>1.358.957</b>	<b>892.897</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (a) Em 04 de junho de 2021, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante de US\$ 100 milhões, com incidência de juros de 6,61% ao ano. Os papéis tiveram emissão privada com caráter de perpetuidade em conformidade com o previsto no artigo 17 da Resolução nº 4.192/13, aguardam autorização do Banco Central do Brasil para compor capital do CCB Brasil e foram adquiridos pelo próprio grupo CCB.
- (b) Os papéis de emissão privada em 2015 com prazo de dez anos, para compor capital de nível 2, e adquiridos pelo próprio grupo CCB, estão integralmente compondo o capital de nível 2. A partir de dezembro 2020 iniciou a redução anual e gradual de 20% pela aproximação com a data de vencimento, conforme previsto no artigo 27 da Resolução nº 4.192/13.
- (c) Conforme previsto na regulamentação vigente, em decorrência saldo elevado de prejuízos acumulados auferidos em exercícios anteriores o Banco não constituiu provisão para pagamento de juros referente ao primeiro de semestre de 2021, decorrentes das dívidas perpetuas emitidas.

## 18. DÍVIDA SUBORDINADA

A dívida subordinada (BIC20) emitida em 2010, no montante de US\$ 300.000, com taxa de juros de 8,50% ao ano foi liquidada em 27 de abril de 2020.

## 19. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

	30/06/2021	31/12/2020
Negociações e intermediações de valores (*)	22.911	8.952
<b>Total</b>	<b>22.911</b>	<b>8.952</b>
Circulante	22.911	8.952
<b>Total</b>	<b>22.911</b>	<b>8.952</b>

## 20. PROVISÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões para contingências (nota 21.a)	1.069.351	1.061.659
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 22)	25.289	25.136
Outras	50.134	44.528
<b>Total</b>	<b>1.144.774</b>	<b>1.131.323</b>
Circulante	70.556	119.579
Não circulante	1.074.218	1.011.744
<b>Total</b>	<b>1.144.774</b>	<b>1.131.323</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

### a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

#### Processos cíveis

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 201.914 (Dezembro/20 – R\$ 200.183). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

#### Processos trabalhistas

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 119.724 (Dezembro/20 – R\$ 118.419). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

#### Processos fiscais e previdenciários

**COFINS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 569.230 (Dezembro/20 – R\$ 565.915): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 32.235 (Dezembro/20 – R\$ 31.998).

**PIS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 90.401 (Dezembro/20 – R\$ 89.876): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 109.620 (Dezembro/19 – R\$ 108.728).

**PDD / 94** – valor envolvido R\$ 26.927 (Dezembro/20 – R\$ 26.769): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** – valor envolvido R\$ 1.375 (Dezembro/20 – R\$ 1.315): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 59.780 (Dezembro/20 – R\$ 59.182): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor envolvido foi depositado em juízo.

#### Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2020	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2021
Cíveis	200.183	4.655	(6.337)	9.618	(6.205)	201.914
Trabalhistas	118.419	5.135	(3.018)	11.960	(12.772)	119.724
<b>Subtotal</b>	<b>318.602</b>	<b>9.790</b>	<b>(9.355)</b>	<b>21.578</b>	<b>(18.977)</b>	<b>321.638</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>Pagamento</b>	<b>30/06/2021</b>
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	89.876	-	-	525	-	90.401
IRPJ / CSLL PDD 1994	26.769	-	-	158	-	26.927
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	565.915	-	-	3.315	-	569.230
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.315	-	-	60	-	1.375
INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011	59.182	-	-	598	-	59.780
<b>Subtotal</b>	<b>743.057</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.656</b>	<b>-</b>	<b>747.713</b>
<b>Total</b>	<b>1.061.659</b>	<b>9.790</b>	<b>(9.355)</b>	<b>26.234</b>	<b>(18.977)</b>	<b>1.069.351</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 428.914, sendo R\$ 99.972 – processos cíveis, R\$ 19.450 – processos trabalhistas e R\$ 309.492 – processos fiscais.

#### b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

##### Processos fiscais e previdenciários

**ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** – valor envolvido R\$ 23.761 (Dezembro/20 – R\$ 24.085): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** – valor envolvido R\$ 14.520 (Dezembro/20 – R\$ 14.440): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**IRPJ / 2008** – valor envolvido R\$ 40.282 (Dezembro/20 – R\$ 20.461): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

**INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 68.878 (Dezembro/20 – R\$ 68.248): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008 e 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 39.823 (Dezembro/20 – R\$ 39.425).

**IRPJ/CSLL** – valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/20 – R\$ 168.154): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

**Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** – valor envolvido R\$ 1.527 (Dezembro/20 – R\$ 1.515): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

**IOF sobre Cessão de Crédito** – valor envolvido R\$ 2.657 (Dezembro/20 – R\$ 2.627): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

**Compensação Não Homologada** - valor envolvido R\$ 4.220 (Dezembro/20 – R\$ 4.918): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

**Processos trabalhistas**

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 24.809 (Dezembro/20 – R\$ 27.705). As contingências têm relação com processos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

#### Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 396.611 (Dezembro/20 – R\$ 272.098). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

## 22. AVAIS E FIANÇAS

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	734.333	24.848	747.482	24.699
Fianças pagamentos	427.683	338	435.323	339
Fianças performance	64.842	103	28.188	98
Fianças bancárias	36.878	-	42.400	-
Outras fianças	2.725	-	12.116	-
<b>Total</b>	<b>1.266.461</b>	<b>25.289</b>	<b>1.265.509</b>	<b>25.136</b>
Não circulante	1.266.461	25.289	1.265.509	25.136
<b>Total</b>	<b>1.266.461</b>	<b>25.289</b>	<b>1.265.509</b>	<b>25.136</b>

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Credores diversos - país	42.597	44.713
Relações interdependências	33.672	29.674
Sociais e estatutárias	14.479	15.204
Resultados de exercícios futuros	11.462	13.622
Outras obrigações	347	498
<b>Total</b>	<b>102.557</b>	<b>103.711</b>
Circulante	91.095	90.089
Não Circulante	11.462	13.622
<b>Total</b>	<b>102.557</b>	<b>103.711</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

### a) Capital Social

Acionista	30/06/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
<b>Total de ações</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>
<b>Total em Reais</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>

### b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2021 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/20 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/20 – R\$ 55.105).

### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

### d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

## 25. PARTES RELACIONADAS

### a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Disponibilidades em moedas estrangeiras	4.499	30.418	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	4.499	30.418	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	88.436	83.674	1.262	1.646
FIDC Brasilfactors (b)	88.436	83.674	1.262	1.646

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Valores a receber sociedade ligadas</b>	<b>74</b>	<b>81</b>	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	4	-	-	-
CCB Brasil Cobrança Ltda. (b)	70	81	-	-
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(305)</b>	<b>(416)</b>	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(5)	(2)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	(1)	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	-	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(121)	(107)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(179)	(305)	-	-
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(90.128)</b>	<b>(92.263)</b>	<b>(991)</b>	<b>(3.767)</b>
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(738)	(738)	(10)	(14)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.654)	(1.647)	(21)	(29)
Brasilfactors S.A. (f)	(830)	(4.543)	(33)	(11)
FIDC Brasilfactors (b)	(10.232)	(8.180)	(144)	(526)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(76.552)	(77.011)	(771)	(3.181)
Pessoal-chave da Administração (c)	(122)	(144)	(12)	(6)
<b>LCA</b>	<b>(9.168)</b>	<b>(7.007)</b>	<b>(111)</b>	<b>(73)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(9.168)	(7.007)	(111)	(73)
<b>LCI</b>	-	-	-	<b>(21)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	-	-	-	(21)
<b>NDF</b>	<b>2.191</b>	<b>1.851</b>	<b>49</b>	<b>3.834</b>
Brasilfactors S.A. (f)	2.191	1.851	49	3.834
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>(3.263.191)</b>	<b>(3.592.447)</b>	<b>66.883</b>	<b>(1.449.010)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(3.263.191)	(3.592.447)	66.883	(1.449.010)
<b>Valores a pagar sociedade ligadas</b>	<b>(74)</b>	<b>(81)</b>	-	-
CCB Brasil Cobrança Ltda. (b)	(72)	(81)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(2)	-	-	-

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

#### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 101,61% do CDI (Dezembro/20 – 101,60%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 – até 02 anos) e a LCA pré-fixadas às taxas médias de 6,86% a.a. (Dezembro/20 - 6,79% a.a.). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 103,26% do CDI (Dezembro/20 – 96,06%) e possuem vencimento final em até 01 ano - (Dezembro/20 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 93,36% do CDI (Dezembro/20 – 82,90% do CDI), diretamente relacionadas ao

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,76% a.a. (Dezembro/20 – 1,76% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 6 anos (Dezembro/20 – em até 06 anos).

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado**

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do semestre, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2021 e o exercício de 2020, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

**b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria**

	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração fixa	12.646	6.943
Outros (*)	308	665
<b>Total</b>	<b>12.954</b>	<b>7.608</b>

(\*) Refere-se substancialmente a benefícios com alimentação/refeição - R\$ 36 (Junho/20 – R\$ 42) e assistência médica e odontológica - R\$ 272 (Junho/20 – R\$ 623).

**b.2) Benefícios de longo prazo**

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

**26. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	30/06/2021	30/06/2020
Operações de crédito	118.336	1.787.593
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	22.504	15.783
Aquisição de recebíveis	6.487	3.165
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	1.419	1.892
Operações de arrendamento mercantil	2.297	3.002
<b>Total</b>	<b>151.043</b>	<b>1.811.435</b>

O Banco possui operações de crédito indexadas em moeda estrangeira, cujo valor registrado no primeiro semestre 2020 foi impactado pela variação cambial daquele período no montante de R\$ 1.377.585.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**27. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aplicações compromissadas	48.309	63.218
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	14.869	11.892
Resultado de títulos renda fixa	9.555	20.025
Rendas de aplicações no exterior	222	81.201
Outras operações com TVM	1.275	(2.693)
<b>Total</b>	<b>74.230</b>	<b>173.643</b>

**28. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	30/06/2021	30/06/2020
Mercado Futuro – DI	25.439	(52.372)
Swap	(9.246)	365.459
Termo de moedas	(14.632)	83.922
Mercado Futuro – Dólar	(51.563)	(15.092)
<b>Total</b>	<b>(50.002)</b>	<b>381.917</b>

**29. RESULTADO DE CÂMBIO**

	30/06/2021	30/06/2020
Operações de câmbio	19.126	40.459
Disponibilidades em moedas estrangeiras	(10.646)	140.858
Variações cambiais	(43.083)	430.034
<b>Total</b>	<b>(34.603)</b>	<b>611.351</b>

**30. OUTRAS DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro em operação de venda/transferência de ativos financeiros	500	1.497
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>1.497</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 31. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2021	30/06/2020
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	5.829	(44.492)
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	1.965	4.115
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	(163.006)	1.801.704
<b>Total</b>	<b>(155.212)</b>	<b>1.761.327</b>

O Banco possui obrigações com banqueiros no exterior por empréstimos indexadas em moeda estrangeira, cujo valor registrado no primeiro semestre 2020 foi impactado pela variação cambial daquele período no montante de R\$ 1.716.972.

### 32. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2021	30/06/2020
Depósitos a prazo	67.799	64.022
Operações compromissadas	48.830	66.705
Despesas de letras financeiras – LF	4.983	15.972
Depósitos interfinanceiros	2.441	7.005
Despesa contribuição Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	3.814	2.743
Despesas de letras do agronegócio – LCA	3.688	8.324
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	19	230
<b>Total</b>	<b>131.574</b>	<b>165.001</b>

### 33. DESPESAS COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

	30/06/2021	30/06/2020
Dívida perpétua	(14.165)	161.481
Dívida subordinada	(50)	120.086
<b>Total</b>	<b>(14.215)</b>	<b>281.567</b>

### 34. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas sobre garantias prestadas	19.155	22.608
Rendas de tarifas bancárias	1.003	905
Rendas de cobrança	813	1.073
Rendas de outros serviços	1.443	1.066
<b>Total</b>	<b>22.414</b>	<b>25.652</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 35. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2021	30/06/2020
Salários	51.709	44.948
Encargos Sociais	19.596	18.091
Honorários da diretoria	12.646	6.943
Benefícios	8.575	9.535
Outros	142	222
<b>Total</b>	<b>92.668</b>	<b>79.739</b>

### 36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de serviços de terceiros	15.525	15.642
Despesas de aluguéis e taxas	8.642	8.347
Despesas de processamento de dados	8.550	8.410
Despesas de amortização e depreciação	5.901	10.648
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.350	3.965
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	1.565	4.480
Despesas de manutenção e conservação	1.657	1.424
Outras despesas	3.517	7.346
<b>Total</b>	<b>49.707</b>	<b>60.262</b>

### 37. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	7.614	4.956
Atualização de depósitos em garantia	2.225	4.562
Reversão de provisão de reestruturação	973	5.240
Outras rendas operacionais	1.140	7.244
<b>Total</b>	<b>11.952</b>	<b>22.002</b>

### 38. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas tributárias	18.455	9.078
Despesas com comissões	11.787	24.197
Taxa de processamento	3.378	5.405
Baixa de despesa antecipada	-	17.059
Provisão/Reversão de provisão operacional	-	16.948
Provisão Ministério das Cidades	-	4.337
Outras despesas operacionais	1.733	14.672
<b>Total</b>	<b>35.353</b>	<b>91.696</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 39. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de alienação de bens	13.623	1.857
(Prejuízo) na baixa de bens de uso	-	(2.350)
(Provisão) para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda	(375)	(32.966)
Outras rendas (despesas) não operacionais	152	200
<b>Total</b>	<b>13.400</b>	<b>(33.259)</b>

### 40. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Conglomerado CCB Brasil permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Conglomerado centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, de Mercado, de Crédito, de Liquidez, Operacionais e a Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isto resulta em uma visão global das exposições às quais o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, além de assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e de aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos relacionados. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e sobre o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## **GESTÃO DE RISCO**

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

### **Gestão do Risco de Mercado**

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações), DV01, EVE - Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

**Gestão do Risco de Crédito**

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Conglomerado aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

**Gestão do Risco de Liquidez**

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante em não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Em 30 de junho de 2021 o CCB Brasil apresentou seu Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6.b) no montante de R\$ 2.626.902 (Dezembro/20 – R\$ 3.737.849), que mesmo classificados no não circulante, representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.263.191 (Dezembro/20 – R\$ 3.592.447), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	30/06/2021		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	10.202.754	2.626.902	12.829.656
Passivo Circulante	(13.368.382)	3.263.191	(10.105.191)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(3.165.628)</b>	<b>5.890.093</b>	<b>2.724.465</b>

	31/12/2020		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	8.541.499	3.737.849	12.279.348
Passivo Circulante	(12.097.268)	3.592.447	(8.504.821)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(3.555.769)</b>	<b>7.330.296</b>	<b>3.774.527</b>

### Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

**Cenário 1:** Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 2:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 3:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os cenários adotados são para 30 de junho 2021, adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 30/06/2021			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(18.657.109)	(42.769.023)	(71.599.644)
Taxa Prefixada em Reais	(15.181.716)	(36.633.302)	(69.231.728)
Inflação	(17.791)	(43.598)	(84.402)
Perda Total	(33.856.616)	(79.445.923)	(140.915.774)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 30/06/2021			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(19.244)	(53.754)	(126.436)
Taxa Prefixada em Reais	(4.317.797)	(10.785.119)	(21.543.977)
Perda Total	(4.337.041)	(10.838.873)	(21.670.413)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

## **GESTÃO DE CAPITAL**

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais “NDPGE”, dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen	Valido em 30/06/2021	Valido em 31/12/2020
Índice de Capital Principal	6,12%	5,75%
Índice de Capital de Nível 1	7,62%	7,25%
Índice de Basileia (PR total)	9,62%	9,25%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela apresentada a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e atendem tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2021 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.

Em R\$ Mil	30/06/2021	31/12/2020
<b>Capital Nível 1</b>	<b>1.403.908</b>	<b>1.422.085</b>
-Capital Principal	1.053.754	1.058.316
-Perpetual Bonds	350.154	363.769
<b>Capital Nível 2</b>	<b>406.866</b>	<b>423.302</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>1.810.774</b>	<b>1.845.387</b>
-RWACpad	11.144.307	10.453.127
-RWAMpad	278.998	152.154
-RWAOpad	1.438.738	1.447.455
<b>Total RWA</b>	<b>12.862.043</b>	<b>12.052.736</b>
-IRRBB	64.973	184.713
<b>Índices</b>		
Capital Principal	8,19%	8,78%
Nível 1	10,92%	11,80%
Índice de Basileia	14,08%	15,31%
IB para RWA + IRRBB	13,24%	12,85%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porem como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais - R\$ na declaração de apetite a Riscos. A revisão da metodologia de cálculo, conjugada com a redução da carteira de credito de longo prazo, reduziu o consumo de capital neste item, de dezembro 2020 para junho 2021, como observado acima.

#### 41. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, no primeiro semestre de 2020 foi registrado o montante de R\$ 25.972 originado na baixa de crédito tributário registrado na subsidiária CCB Financeira em decorrência de não haver expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos 10 anos, suficientes para absorção deste crédito. No primeiro semestre de 2021, não houve registro de resultados não recorrentes no Conglomerado Prudencial.

#### 42. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no circulante, por motivo de desenquadramento de indicadores.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

BANCO E CONSOLIDADO	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

##### b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### **Conselho de Administração**

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

#### **Diretoria**

Diretor Presidente:	Liping Shang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu
Diretores:	Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

#### **Comitê de Auditoria**

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid